

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.229.922	1.250.425
1.01	Ativo Circulante	452.829	314.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	168.769	7.198
1.01.02	Aplicações Financeiras	155.605	149.203
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	155.605	149.203
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	155.605	149.203
1.01.03	Contas a Receber	65.642	58.475
1.01.03.01	Clientes	65.642	58.475
1.01.03.01.01	Contas a Receber	64.061	56.807
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.581	1.668
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.614	5.790
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.067	2.888
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46.132	90.620
1.01.08.03	Outros	46.132	90.620
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	44.797
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	44.956	44.956
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	690	562
1.01.08.03.04	Outros Créditos	486	305
1.02	Ativo Não Circulante	777.093	936.251
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	103.908	137.503
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.382	1.528
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.382	1.528
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	102.526	135.975
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	101.150	134.867
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.376	1.108
1.02.03	Imobilizado	35.217	44.686
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.776	40.820
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.441	3.866
1.02.04	Intangível	637.968	754.062
1.02.04.01	Intangíveis	637.968	754.062
1.02.04.01.02	Intangível	610.150	728.981
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	27.818	25.081

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.229.922	1.250.425
2.01	Passivo Circulante	164.278	328.948
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.218	10.053
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.117	1.296
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.101	8.757
2.01.02	Fornecedores	12.771	15.521
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.708	15.353
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	63	168
2.01.03	Obrigações Fiscais	73.343	52.575
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.766	48.103
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	64.673	44.039
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.093	4.064
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.577	4.472
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.577	4.472
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.225	200.181
2.01.04.02	Debêntures	13.225	200.181
2.01.05	Outras Obrigações	54.721	50.618
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.925	43.102
2.01.05.02	Outros	10.796	7.516
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.326	1.295
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	9.470	6.221
2.02	Passivo Não Circulante	664.903	676.079
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	625.915	616.935
2.02.01.02	Debêntures	625.915	616.935
2.02.03	Tributos Diferidos	32.641	54.133
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.641	54.133
2.02.04	Provisões	6.347	5.011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.347	5.011
2.03	Patrimônio Líquido	400.741	245.398
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	27.988	102.993
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.005
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	230.348	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	251.444	708.072	235.413	710.155
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-98.787	-280.794	-86.458	-277.822
3.02.01	Custo de Construção	-2.353	-7.148	-2.320	-20.119
3.02.02	Provisão de Manutenção	0	0	-8	-1.966
3.02.03	Depreciação e Amortização	-46.622	-134.269	-42.626	-123.060
3.02.04	Custo de Outorga	-15.335	-45.242	-15.072	-45.063
3.02.05	Serviços	-20.428	-52.325	-10.319	-42.574
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.378	-28.137	-9.945	-30.378
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.825	-8.562	-2.640	-8.016
3.02.08	Outros	-1.846	-5.111	-3.528	-6.646
3.03	Resultado Bruto	152.657	427.278	148.955	432.333
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.378	-44.030	-14.442	-43.045
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.725	-45.379	-14.751	-44.263
3.04.02.01	Serviços	-7.514	-22.361	-7.092	-21.322
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-378	-1.184	-470	-1.426
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.088	-10.573	-3.873	-13.055
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-134	-408	-154	-406
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-1.161	-2.809	-1.711	-3.843
3.04.02.06	Água, luz, telefone, internet e gás	-719	-1.966	-625	-1.592
3.04.02.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-380	-1.336	1.813	3.389
3.04.02.08	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-299	-1.165	-324	-888
3.04.02.09	Outros	-1.052	-3.577	-2.315	-5.120
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	357	1.573	314	1.266
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10	-224	-5	-48
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.279	383.248	134.513	389.288
3.06	Resultado Financeiro	-8.398	-34.406	-15.365	-43.386
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	128.881	348.842	119.148	345.902
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.321	-118.494	-42.053	-119.322

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.08.01	Corrente	-62.852	-139.986	-42.548	-112.137
3.08.02	Diferido	18.531	21.492	495	-7.185
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.560	230.348	77.095	226.580
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	84.560	230.348	77.095	226.580
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00576	0,01570	0,00525	0,01544
3.99.01.02	PN	0,00634	0,01727	0,00578	0,01698
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00576	0,01570	0,00525	0,01544
3.99.02.02	PN	0,00634	0,01727	0,00578	0,01698

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	84.560	230.348	77.095	226.580
4.03	Resultado Abrangente do Período	84.560	230.348	77.095	226.580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	431.270	378.921
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	429.817	433.089
6.01.01.01	Lucro Líquido no Período	230.348	226.580
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-21.492	7.185
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	33.717	26.774
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	121.388	111.155
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	14.065	13.331
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	831	50
6.01.01.07	Variação Cambial s/Empréstimos, Financiamentos	0	-2.838
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures e Financiamentos	52.133	53.523
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.240	-2.070
6.01.01.12	Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	-3.396	-4.668
6.01.01.13	Atualização monetária s/ riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-250	-1.825
6.01.01.14	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-1
6.01.01.15	Constituição de Juros s/riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	4.866	1.539
6.01.01.16	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	0	1.966
6.01.01.17	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	0	458
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	7	5
6.01.01.19	Resultado de Operações com Derivativos	-3.105	-75
6.01.01.20	Juros e Variação Monetária com Partes Relacionadas	1.939	2.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.453	-54.168
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-7.260	-1.943
6.01.02.02	Partes relacionadas - Ativo	233	90
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-6.824	1.783
6.01.02.04	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	0	-4.832
6.01.02.05	Outras Despesas Antecipadas	-1.628	-1.419
6.01.02.07	Fornecedores	-2.757	-5.565
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	170	-263
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	165	801
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para IR e CS	138.291	105.439
6.01.02.11	Pagamento de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-3.280	-3.103
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	31	-131
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	0	-28.095
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	3.249	3.187
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-117.523	-118.188
6.01.02.16	Cessão onerosa - pagamento de juros	-1.286	-1.372
6.01.02.17	Adiantamento a Fornecedores	-128	-557
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.883	-124.326
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-2.106	-6.481
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-7.375	-19.738
6.02.04	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-6.402	-98.107
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-253.816	-304.465

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	47.902	-37.311
6.03.05	Empréstimos e Debêntures - custo de transação incorrido	0	-127
6.03.06	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos Principal	-196.267	-148.570
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-30.446	-30.568
6.03.10	Dividendos pagos a acionistas controladores	-75.005	-87.889
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	161.571	-49.870
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.198	54.431
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	168.769	4.561

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	102.993	0	0	245.398
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	102.993	0	0	245.398
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-75.005	0	0	-75.005
5.04.06	Dividendos	0	0	-75.005	0	0	-75.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	230.348	0	230.348
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	230.348	0	230.348
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	230.348	0	400.741

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.04.06	Dividendos	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	226.580	0	226.580
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226.580	0	226.580
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	226.580	0	396.973

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	775.779	777.613
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	774.545	775.480
7.01.02	Outras Receitas	1.240	2.070
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6	63
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103.877	-106.619
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-63.065	-54.828
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.664	-29.706
7.02.04	Outros	-7.148	-22.085
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	0	-1.966
7.02.04.02	Custo de Construção	-7.148	-20.119
7.03	Valor Adicionado Bruto	671.902	670.994
7.04	Retenções	-135.453	-124.486
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-135.453	-124.486
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	536.449	546.508
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.489	60.936
7.06.02	Receitas Financeiras	72.489	60.936
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	608.938	607.444
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	608.938	607.444
7.08.01	Pessoal	34.294	38.697
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.575	26.324
7.08.01.02	Benefícios	10.833	10.379
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.266	1.370
7.08.01.04	Outros	620	624
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	189.674	190.214
7.08.02.01	Federais	151.115	152.238
7.08.02.02	Estaduais	165	153
7.08.02.03	Municipais	38.394	37.823
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	154.622	151.953
7.08.03.01	Juros	108.020	105.753
7.08.03.02	Aluguéis	1.360	1.137
7.08.03.03	Outras	45.242	45.063
7.08.03.03.01	Outorga	45.242	45.063
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	230.348	226.580
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	230.348	226.580

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 3º trimestre 2019

As informações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T18.

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 249,1 milhões (6,9%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 84,6 milhões (9,7%);
- O EBIT atingiu R\$ 137,3 milhões (2,1%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 195,5 milhões (3,5%).

Indicadores [R\$ MM]	3ºT19	3ºT18	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	249,1	233,1	6,9%
EBIT	137,3	134,5	2,1%
Margem EBIT Ajustada	55,1%	57,7%	-2,6 p.p
EBITDA Ajustado	195,5	188,9	3,5%
Margem EBITDA Ajustada	78,5%	81,0%	-2,5 p.p
Lucro Líquido	84,6	77,1	9,7%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	3ºT19	3ºT18	Var. %
Veículos Equivalentes	29.697.594	29.054.331	2,2%
Veículos Leves (Eq)	17.852.020	17.583.165	1,5%
Veículos Pesados (Eq)	11.845.574	11.471.166	3,3%

1 – Veq1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Comentário do Desempenho

Tráfego Consolidado (2,2%)

O Tráfego consolidado do 3T19 registrou crescimento de 2,2% sobre o 3T18, com efeito calendário de +0,8% sobre o ano anterior. O efeito calendário positivo em 2019 tem influência de eventos sazonais dos feriados da Revolução Constitucionalista e Independência do Brasil.

Veículos de Passeio (1,5%)

O 3T19 registrou crescimento de 1,5% sobre o 3T18, com efeito calendário de +1,0%.

Veículos Comerciais (3,3%)

A movimentação de veículos comerciais no 3T19 registrou crescimento de 3,3% comparada ao 3T18, com efeito calendário de +0,7%.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	3ºT19	3ºT18	Var.%
Receita de Pedágio	268.484	251.470	6,8%
Receitas Acessórias	3.416	3.001	13,8%
Receita de Partes Relacionadas	806	729	10,6%
Receita Bruta Operacional	272.706	255.200	6,9%
Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	3ºT19	3ºT18	Var.%
Total	2.353	2.320	1,4%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 3T19, destacamos os projetos e desapropriações referentes a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, entre os km 46+700 ao km 89+700.

Receita Líquida Operacional

A Receita líquida operacional do 3T19 registrou aumento de 6,9% em relação ao 3T18, influenciado principalmente pelo reajuste de tarifa aplicado em julho de 2019.

A Receita líquida operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita operacional bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a receita de pedágio.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	3ºT19	3ºT18	Var.%
Custo de Construção	2.353	2.320	1,4%
Provisão de Manutenção	0	8	-100,0%
Depreciação e Amortização	47.000	43.096	9,1%
Custos da Outorga	15.335	15.072	1,7%
Serviços de Terceiros	27.942	17.411	60,5%
Custo com Pessoal	13.466	13.818	-2,5%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.959	2.794	5,9%
Outros	5.110	6.381	-19,9%
Custos e Despesas	114.165	100.900	13,1%

O custo total da concessionária registrou aumento de 13,1% no 3T19, quando comparado ao mesmo período de 2018. As principais variações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: O aumento de 1,4% no 3T19, comparado com o 3T18, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares, realizados conforme cronograma contratual e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Desde 31/03/2018, em decorrência do término do prazo original do Contrato de Concessão e consequente término das intervenções contratuais, não há registros para Provisão de Manutenção.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências de novos investimentos que estavam em implantação (em andamento) para o ativo (definitivo) quando de sua conclusão/liberação técnica (entrou em operação), iniciando o processo de depreciação e amortização do ativo.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados diretamente pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de Terceiros: O acréscimo de 60,5% com prestação de serviços, está relacionado a conservação de pavimento flexível e recuperação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e passarelas) ao longo das rodovias do sistema Castello-Raposo.

Custos com Pessoal: No 3T19 houve redução de 2,5% em relação ao mesmo período de 2018, reflexo da reestruturação de pessoal.

Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros: Neste trimestre houve uma redução de 12,1%, em comparação com o 3T18, impactado principalmente pelo pagamento de franquias em ressarcimentos de seguros ocorridos no 3T18.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	3ºT19	3ºT18	Var. %
Lucro Líquido	84,6	77,1	9,7%
(+) IR/CS	44,3	42,1	5,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	8,4	15,5	-45,9%
(+) Depreciação e Amortização	47,0	43,1	9,1%
EBITDA (a)	184,3	177,8	3,6%
Margem EBITDA (a)	73,3%	75,5%	-2,1 p.p
(+) Despesas Antecipadas (b)	11,2	11,2	0,0%
EBITDA Ajustado	195,5	189,0	3,4%
Margem EBITDA Ajustada (d)	78,5%	81,1%	-2,6 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras intermediárias.

(c) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	3ºT19	3ºT18	Var. %
Lucro Líquido	84,6	77,1	9,7%
(+) IR/CS	44,3	42,1	5,2%
(+) Resultado Financeiro Líquido	8,4	15,4	-45,5%
EBIT (a)	137,3	134,6	2,0%
Margem EBIT (a)	54,6%	57,2%	-2,6 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	55,1%	57,8%	-2,6 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	3ºT19	3ºT18	Var. %
Despesas Financeiras	(63,3)	(26,1)	142,5 %
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(62,8)	(24,7)	154,3%
Taxas, Comissões e Outros	(0,5)	(1,4)	-64,3%
Receitas Financeiras	54,9	10,6	413,1 %
Rendimento sobre Aplicações Financ.	5,4	2,6	107,7%
Ganho com operações de derivativos	48,4	4,3	1025,6%
Outras Receitas Financeiras	1,0	3,7	-73,0%
Resultado Financeiro	(8,4)	(15,5)	-45,8 %

O Resultado Financeiro do 3T19 apresenta melhora de 45,8% em relação ao 3T18, principalmente em virtude dos ganhos relativos à operação de derivativos, da 5ª emissão de debêntures.

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	3ºT19	3ºT18	Var. %
Total de Acidentes	750	737	1,8%
Total de Vítimas	435	533	-18,4%

No resultado do 3T19, mesmo apresentando um aumento de 1,8% no número de acidentes, foi observada a redução de 18,4% no número de vítimas, o que representa uma redução na gravidade dos acidentes. Isso deve-se ao trabalho da CCR ViaOeste no aprimoramento da segurança viária, com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, intensificação de campanhas educativas e ações de engenharia.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

Caminhos para a Cidadania - Realizado na CCR ViaOeste desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. Desde o início, já foram atendidos mais de 700 mil alunos, mais de 24 mil educadores em 400 escolas por ano, em 17 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental das redes públicas de ensino.

Estrada para Saúde - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Karatequina - O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Comentário do Desempenho

Lacre Solidário - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais, secretarias de educação, entre outros parceiros do setor público, privado e 3º setor. Desde 2012 já foram entregues 335 cadeiras de rodas.

Música e Cidadania - Escola de música com sede em Mairinque, atendendo gratuitamente 250 alunos, entre jovens e crianças. Os alunos têm aulas de todos os instrumentos musicais que compõem uma banda sinfônica: flauta transversal, saxofone, trompa, trompete, trombone, percussão, eufônio. Além da escola, a formação profissional de músicos promove concertos em teatros, auditórios e praças, executando arranjos de compositores consagrados da música erudita e obras de compositores da música popular.

Projeto Crescer e Aprender AFESU - Programa de capacitação profissional para meninas. Por meio de suas atividades, o Projeto Crescer e Aprender, visa assegurar às participantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social o apoio escolar com as meninas mais novas, realizado durante o contra turno em suas escolas regulares, assim como projetos de formação profissional dedicados às alunas mais velhas, com o objetivo de iniciarem suas carreiras profissionais e obterem uma boa colocação no mercado de trabalho. Realizado em Cotia, o projeto atende 120 meninas.

Uma Nova Visão do Jogo - A Fundação EPROCAD desenvolve, em parceria com a FIFA e Ministério do Esporte, o projeto "Futebol Uma Nova Visão do Jogo", que propõe, através da prática desta modalidade, sob uma perspectiva educativa, oportunidades de inclusão para crianças e jovens em situação risco social. São aulas de futebol no contra turno escolar para 120 crianças na escola Messias Gonçalves em Osasco.

BuZum! - Teatro de bonecos adaptado em um ônibus, que leva espetáculos infantis e jovens para diversas cidades. O ônibus tem capacidade para até 50 crianças. Os espetáculos são voltados para alunos do ensino fundamental ou médio. A atividade tem duração de 40 minutos (exatamente o tempo de uma aula). Em 2019, foi apresentado o espetáculo "Caipira" cujo tema é o resgate da cultura caipira, tão presente no interior do país e também uma homenagem a figuras folclóricas, como o Saci, o Curupira e o Lobisomem. O projeto foi realizado em maio e atendeu os 17 municípios do sistema Castello-Raposo: Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Alumínio, Barueri, Cotia, Carapicuíba, Jandira, Itapevi, Mairinque, Itu, Osasco, Santana de Parnaíba, São Roque, Sorocaba, Vargem Grande Paulista, Votorantim e Embu das Artes.

PhotoTruck - O projeto prevê a realização de um circuito de fotografia, com oficinas educativas em escolas e instituições públicas, proporcionando uma nova visão da fotografia, transformando essa reflexão em uma exposição. Realizado entre abril e maio, atendeu os municípios de Carapicuíba, Itapevi e Alumínio.

Teatro a Bordo - É o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações gratuitas de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco que viaja por todo o país. As apresentações são realizadas em praças e espaços públicos, com acesso gratuito e irrestrito da população, abrindo suas cortinas também para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local. Realizado entre os meses de maio e junho, atendeu os municípios de Osasco, Mairinque e Carapicuíba.

A viagem de uma Estrela - Espetáculo teatral infanto-juvenil voltado para a "mobilidade urbana", "cidadania" e "meio ambiente", com duração prevista de 25 minutos e até quatro apresentações por dia. Em junho, foi apresentado gratuitamente às crianças e público em geral das escolas que participam

Comentário do Desempenho

do programa Caminhos para a Cidadania – 17 cidades que estão no entorno do sistema Castello – Raposo.

Espectáculo Teatral “Da Cabeça aos Pés, Sem Pé Nem Cabeça” - espetáculo teatral envolvendo diversos personagens como médico, dentista, professor e dois nutricionistas/cozinheiros. Esta equipe se junta para mostrar o que acontece dentro do corpo de uma criança quando ela não se alimenta direito. Foi apresentado para a comunidade e escolas de Barueri, atendendo mais de 2.500 crianças.

Cine Boa Praça - é um projeto cultural que favorece a democratização do acesso ao cinema e a outros bens culturais através da exibição gratuita de sessões de filmes em praças de bairros com pouco ou nenhum acesso à arte e ao entretenimento. Além de incentivar a ocupação de espaços públicos pela população, busca-se também promover a interlocução entre diferentes linguagens e manifestações culturais, com atividades lúdicas e educativas que envolvem letramento e distribuição de livros. Este ano o projeto foi apresentado nas cidades de Carapicuíba, Santana de Parnaíba e Osasco, atendendo cerca de 750 crianças.

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2019

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutunga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Neste período de três e nove meses, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2019:

(i) Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a Companhia apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Notas Explicativas

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da Companhia, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Em 28 de junho de 2019, foi proferida sentença julgando improcedente a ação ajuizada pela Companhia e procedente a ação ajuizada pelo Estado e a ARTESP. Em 02 de outubro de 2019, a Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Companhia interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a Companhia protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação.

Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade. Em 12 de setembro de 2018, a Companhia interpôs recurso especial e recurso extraordinário.

Em 14 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso especial e foi proferida decisão que tanto inadmitiu como negou seguimento ao recurso extraordinário interpostos pela Companhia.

Em 27 de março 2019, a Companhia interpôs agravo em recurso especial, agravo em recurso extraordinário e agravo interno. Em 12 de junho de 2019, foi certificado que o Estado de São Paulo e a ARTESP não apresentaram contrarrazões aos recursos interpostos pela Companhia.

Em 26 de setembro de 2019, a câmara especial de presidentes do TJSP, negou provimento ao agravo interno.

1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo.

Notas Explicativas

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais.

A Companhia e sua controladora CCR continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

2. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias.

Estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 25 de outubro de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

Notas Explicativas

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	4.448	7.198
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>164.321</u>	<u>-</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>168.769</u></u>	<u><u>7.198</u></u>
	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>155.605</u>	<u>149.203</u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>155.605</u></u>	<u><u>149.203</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,01% do CDI, equivalente a 6,20% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	63.466	56.157
Receitas acessórias (b)	<u>636</u>	<u>685</u>
	64.102	56.842
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(41)</u>	<u>(35)</u>
	<u><u>64.061</u></u>	<u><u>56.807</u></u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos a vencer	64.056	56.784
Créditos vencidos até 60 dias	-	23
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	11	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>30</u>	<u>35</u>
	<u><u>64.102</u></u>	<u><u>56.842</u></u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	128.881	348.842	119.148	345.902
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(43.819)	(118.606)	(40.510)	(117.607)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(76)	(377)	(671)	(917)
Incentivo relativo ao imposto de renda	219	808	459	1.167
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(28)	65	(65)	(277)
Outros ajustes tributários	(494)	(261)	(1.266)	(1.688)
Provisões/atualizações do Termo de Autocomposição	(123)	(123)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(44.321)	(118.494)	(42.053)	(119.322)
Impostos correntes	(62.852)	(139.986)	(42.548)	(112.137)
Impostos diferidos	18.531	21.492	495	(7.185)
	(44.321)	(118.494)	(42.053)	(119.322)
Alíquota efetiva de impostos	34,39%	33,97%	35,29%	34,50%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/09/2019		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(262)	898	898	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	12	2	14	14	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.703	455	2.158	2.158	-
Resultado de operações com derivativos	(14.075)	14.075	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(43.162)	7.338	(35.824)	12.722	(48.546)
Outros	229	(116)	113	113	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(54.133)	21.492	(32.641)	15.905	(48.546)
Compensação de imposto	-	-	-	(15.905)	15.905
Imposto líquido ativo (passivo)	(54.133)	21.492	(32.641)	-	(32.641)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante	3.297	3.297	41.659	41.659	44.956	44.956
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Não Circulante	7.418	9.891	93.732	124.976	101.150	134.867

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foram apropriados ao resultado os montantes de R\$ 33.717 (R\$ 26.774 no mesmo período de 2018).

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações					
	01/07/2019 a 30/09/2019			01/01/2019 a 30/09/2019		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A.	-	3.244 (a)	653 (b)	-	9.732 (a)	1.939 (b)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	6.000 (e)	-	-	18.301 (e)	-
Samm	806 (c)	128 (f)	-	2.415 (c)	373 (f)	-
Total	806	9.372	653	2.415	28.406	1.939

	Transações					
	01/07/2018 a 30/09/2018			01/01/2018 a 30/09/2018		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A.	-	3.146 (a)	671 (b)	-	9.437 (a)	2.000 (b)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	5.597 (e)	-	-	16.652 (e)	-
Samm	729 (c)	119 (f)	-	2.146 (c)	348 (f)	-
Total	729	8.862	671	2.146	26.437	2.000

Notas Explicativas

	30/09/2019		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a Receber / Cessão Onerosa	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A.	1 (d)	40.902 (b)	1.016 (a) (d)
Outras partes relacionadas			
Rodonorte	8 (d)	-	57 (d)
CPC	13 (d)	-	1.880 (e) (d)
Rodoanel Oeste	4 (d)	-	13 (d)
Samm	2.927 (c)	-	29 (d) (f)
SPVias	4 (d)	-	27 (d)
ViaMobilidade	2 (d)	-	-
CCR ViaSul	4 (d)	-	-
Serveng Civilsan	-	-	1
Total circulante, 30 de setembro de 2019	1.581	40.902	3.023
Total não circulante, 30 de setembro de 2019	1.382	-	-
Total, 30 de setembro de 2019	<u>2.963</u>	<u>40.902</u>	<u>3.023</u>

	31/12/2018		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Cessão one rosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A.	8 (d)	40.249 (b)	984 (a)
Outras partes relacionadas			
CPC	96 (d)	-	1.767 (e)
Rodoanel Oeste	44 (d)	-	28 (d)
Samm	3.017 (c)	-	-
Metrô Bahia	15 (d)	-	56 (d)
ViaMobilidade	3 (d)	-	-
ViaQuatro	13 (d)	-	17 (d)
Serveng Civilsan	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	1.668	40.249	2.853
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018	1.528	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>3.196</u>	<u>40.249</u>	<u>2.853</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	211	723	326	1.510
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	110	332	262	785
(Reversão)/Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	(897)	-	324
Previdência privada	16	39	18	68
Seguro de vida	1	2	1	3
	<u>338</u>	<u>199</u>	<u>607</u>	<u>2.690</u>

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Remuneração dos administradores (g)	411	866

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao faturamento;
- (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Prestação de serviços de transmissão de dados; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/09/2019</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	3.966	-	(52)	212	4.126
Máquinas e equipamentos	32.798	-	(272)	(1.569)	30.957
Veículos	14.314	-	(1.680)	1.318	13.952
Instalações e edificações	391	-	-	(1)	390
Terrenos	4.722	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais	80.405	-	(1.068)	3.076	82.413
Imobilizado em andamento	3.866	2.284	-	(4.709)	1.441
	<u>140.462</u>	<u>2.284</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(1.673)</u>	<u>138.001</u>

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 178 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (R\$ 468 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018). A taxa média de capitalização no período de nove meses foi de 0,37% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures) e de 0,48% a.m. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2018	30/09/2019			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	10	(3.077)	(264)	49	(87)	(3.379)
Máquinas e equipamentos	11	(22.487)	(2.545)	235	1.345	(23.452)
Veículos	25	(9.352)	(1.437)	1.605	-	(9.184)
Instalações e edificações	6	(366)	(7)	-	1	(372)
Equipamentos operacionais	14	(60.494)	(5.664)	1.024	(1.263)	(66.397)
		<u>(95.776)</u>	<u>(9.917)</u>	<u>2.913</u>	<u>(4)</u>	<u>(102.784)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2018	30/09/2019				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (d)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.520.143	169	-	5.291	(1.317)	1.524.286
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.807	-	(64)	801	-	14.544
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	231	-	881	-	1.112
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.353	-	-	-	-	1.353
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	-	251.709
Intangível	<u>1.787.012</u>	<u>400</u>	<u>(64)</u>	<u>6.973</u>	<u>(1.317)</u>	<u>1.793.004</u>
Intangível em construção	<u>25.081</u>	<u>8.037</u>	<u>-</u>	<u>(5.300)</u>	<u>-</u>	<u>27.818</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.062 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (R\$ 1.602 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018). A taxa média de capitalização do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018 foi de 0,37% a.m. e 0,48% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual	31/12/2018	30/09/2019			Saldo final
	de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (d)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(875.354)	(110.795)	4	709	(985.436)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.928)	(676)	-	-	(12.604)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.353)	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão - ágio (c)	(b)	(169.396)	(14.065)	-	-	(183.461)
		<u>(1.058.031)</u>	<u>(125.536)</u>	<u>4</u>	<u>709</u>	<u>(1.182.854)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico.
 (c) Direito da concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.
 (d) Redução por baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado, no montante de R\$ 608.

Notas Explicativas

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custos de transação incorridos	Saldo dos	Vencimento final	30/09/2019	31/12/2018
		do custo de transação (% a.a.)		custos a apropriar		30/09/2019	31/12/2018
1a 5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	-	Setembro de 2019	-	197.322 (d)
6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	1.748	Novembro de 2021	302.239	288.519 (e) (f)
7ª Emissão - Série Única	106,25% do CDI	0,0593% (a)	587	278	Novembro de 2020	336.901	331.275 (f)
Total geral				<u>2.026</u>		<u>639.140</u>	<u>817.116</u>
Circulante							
Debêntures						14.239	201.159
Custo de transação						(1.014)	(978)
						<u>13.225</u>	<u>200.181</u>
Não Circulante							
Debêntures						626.927	618.711
Custo de transação						(1.012)	(1.776)
						<u>625.915</u>	<u>616.935</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.
- (e) Garantia real.
- (f) Sujeita à implementação de Condição Suspensiva: Garantia Fidejussória da CCR S.A.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2019</u>
2020	330.000
2021	<u>296.927</u>
	<u>626.927</u>

A Companhia possui contratos de debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, ocorreu a seguinte operação:

- Em 16 de setembro de 2019, foram liquidadas as debêntures da 5ª emissão, em sua data de vencimento. Na mesma data foi liquidado o contrato de *swap*.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2018		30/09/2019			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.838	3.033	(422)	(529)	(1.465)	2.455
Trabalhistas e previdenciários	3.173	2.875	(620)	279	(1.815)	3.892
	<u>5.011</u>	<u>5.908</u>	<u>(1.042)</u>	<u>(250)</u>	<u>(3.280)</u>	<u>6.347</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2019	31/12/2018
Cíveis e administrativos	908	2.174
Trabalhistas	1.021	2.188
	<u>1.929</u>	<u>4.362</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 3.429 (R\$ 3.247 em 31 de dezembro de 2018).

15. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018
Numerador				
Lucro líquido	84.560	230.348	77.095	226.580
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00576	0,01570	0,00525	0,01544
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00634	0,01727	0,00578	0,01698

Notas Explicativas

b. Dividendos

Em 28 de março de 2019, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 75.005 sendo R\$ 35.717 correspondentes a R\$ 5,1110867482 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 39.288 correspondentes a R\$ 5,62219542302 por lote de mil ações preferenciais, à conta dos dividendos adicionais propostos de 2018, pagos em 30 de abril de 2019.

16. Receitas

	01/07/2019 a	01/01/2019 a	01/07/2018 a	01/01/2018 a
	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Receitas de pedágio	268.484	754.954	251.470	744.212
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2.353	7.148	2.320	20.119
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	806	2.415	729	2.146
Receitas acessórias	3.416	10.028	3.001	9.003
Receita bruta	275.059	774.545	257.520	775.480
Impostos sobre receitas	(23.615)	(66.473)	(22.107)	(65.325)
Deduções da receita bruta	(23.615)	(66.473)	(22.107)	(65.325)
Receita líquida	251.444	708.072	235.413	710.155

17. Resultado financeiro

	01/07/2019 a	01/01/2019 a	01/07/2018 a	01/01/2018 a
	30/09/2019	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(12.989)	(38.588)	(13.494)	(39.100)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	7	(458)
Capitalização de custos dos empréstimos	299	1.240	653	2.070
Perda com operações de derivativos	(47.508)	(51.407)	(2.087)	(44.075)
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (fair value option)	(319)	(1.058)	(1.059)	(1.987)
Variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(1.606)	(14.290)	(8.010)	(16.553)
Juros e variações monetária com partes relacionadas	(653)	(1.939)	(671)	(2.000)
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(9)	-	(6)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(516)	(844)	(1.367)	(2.213)
	(63.292)	(106.895)	(26.028)	(104.322)
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	-	2.838
Variação monetária sobre empréstimos, finanças e debêntures	194	745	2.049	2.130
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.435	11.876	2.585	4.143
Ganho com operações de derivativos	48.419	54.512	4.338	44.150
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (fair value hedge)	563	4.454	1.360	6.655
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	2	1	1
Juros e outras receitas financeiras	283	900	330	1.019
	54.894	72.489	10.663	60.936
Resultado financeiro líquido	(8.398)	(34.406)	(15.365)	(43.386)

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2019			31/12/2018		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	4.448	-	-	7.198	-	-
Aplicações financeiras	319.926	-	-	149.203	-	-
Contas a receber	-	64.061	-	-	56.807	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.963	-	-	3.196	-
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	-	44.797	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(639.140)	(197.322)	-	(619.794)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(18.761)	-	-	(19.730)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.023)	-	-	(2.853)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(40.902)	-	-	(40.249)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.326)	-	-	(1.295)
	<u>324.374</u>	<u>67.024</u>	<u>(703.152)</u>	<u>3.876</u>	<u>60.003</u>	<u>(683.921)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas e cessão onerosa - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex. B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2019		31/12/2018	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	641.166	669.909	622.548	644.560

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Notas Explicativas

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	319.926	149.203
Derivativos a receber/(a pagar)	-	44.797
Debêntures	-	(197.322)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures, as quais foram liquidadas na data de vencimento.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito Acumulado		Resultado		
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/(recebidos)		Ganho/(Perda) em resultado		
				30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	Recebidos/(Pagos)	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	30/09/2018
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a.	-	75.000	-	98.661	-	233	-	22.339	-	2.143
Posição passiva				100% do CDI	-	-	-	(76.322)	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a.	-	75.000	-	98.775	-	227	-	22.458	-	1.909
Posição passiva				99,90% do CDI	-	-	-	(76.317)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019														
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018														
TOTAL DAS OPERAÇÕES														

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Os contratos possuíam vencimentos semestrais intermediários nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2018</u>
Riscos cambiais	-	(3.977)
Riscos de juros	<u>3.105</u>	<u>4.052</u>
	<u><u>3.105</u></u>	<u><u>75</u></u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2021	303.987	(27.819)	(30.101)	(32.382)
Debêntures - 7ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2020	337.179	(19.378)	(24.232)	(29.090)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		319.926	<u>17.060</u>	<u>21.323</u>	<u>25.586</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(30.137)</u>	<u>(33.010)</u>	<u>(35.886)</u>
Efeito sobre as debêntures				(47.197)	(54.333)	(61.472)
Efeito sobre as aplicações financeiras				<u>17.060</u>	<u>21.323</u>	<u>25.586</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(30.137)</u>	<u>(33.010)</u>	<u>(35.886)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			5,40%	6,75%	8,10%
	IPC-A ⁽³⁾			2,89%	3,62%	4,34%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

Notas Explicativas

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2019, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. *Outorga variável*

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.494 referente ao direito de outorga variável (R\$ 11.477 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018).

b. *Compromissos relativos à concessão*

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Compromisso de investimento	337.737	314.650

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor apresenta os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Operações com derivativos</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	(817.116)	-	44.797	(772.319)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	-	75.005	-	75.005
Pagamentos de principal e juros	226.713	-	-	226.713
Liquidação de operações com derivativos	-	-	(47.902)	(47.902)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>226.713</u>	<u>75.005</u>	<u>(47.902)</u>	<u>253.816</u>
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(52.133)	-	-	(52.133)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	3.396	-	3.105	6.501
Outras variações que não afetam caixa	-	(75.005)	-	(75.005)
Total das outras variações	<u>(48.737)</u>	<u>(75.005)</u>	<u>3.105</u>	<u>(120.637)</u>
Saldo final	<u>(639.140)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(639.140)</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1, às informações contábeis intermediárias, do período findo em 30 de setembro de 2019, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia.

Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

Barueri/SP, 25 de outubro de 2019.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FÁBIO RUSSO CORRÊA

DIRETOR DE ENGENHARIA E OPERAÇÕES

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

Barueri/SP, 25 de outubro de 2019.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FÁBIO RUSSO CORRÊA

DIRETOR DE ENGENHARIA E OPERAÇÕES